JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA SC. 17 DE MARÇO DE 2011

AL NOTÍCIAS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA CORREIOS

Impresso Especial
99145-7/2007-DR/SC
ALESC
CORREIOS

ED. 385

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

AGRICULTORES MOBILIZADOS CONTRA RESTRIÇÕES AO FUMO

Fumicultores temem que atividade fique inviabilizada com a proibição de aditivos proposta pela Anvisa

CARLOS KILIAN

Cerca de 600 produtores rurais lotam as galerias do Plenário Osni Régis para acompanhar audiência pública, que discutiu prejuízos em decorrência de consultas da Agência Nacional de Vigilância Pública

PÁGINAS 4 e 5

VISTORIA NO HOSPITAL INFANTIL

SOLON SOARES

Comissão de Saúde inspeciona Hospital Joana de Gusmão, em Florianópolis

PÁGINA 5

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2011

FÁBIO QUEIROZ

Sessão marca lançamento da campanha, com tema "A fraternidade e a vida no Planeta"

PÁGINA 3

DEPUTADOS COBRAM MEDIDAS PARA FREAR MORTES NAS RODOVIAS CATARINENSES PÁGINA 6

EM PROL DA FUMICULTURA

A Assembleia Legislativa realizou, nesta semana, importante e concorrida audiência pública para discutir as consultas públicas nº 112 e 117 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que visam restringir a produção de fumo no país. Aproximadamente 700 produtores rurais dos quatro cantos do Estado lotaram as dependências do parlamento catarinense, numa clara demonstração de repúdio e insatisfação a tal determinação.

As consultas, abertas no mês de dezembro e com término previsto para 31 de março, propõem restrições na exposição e publicidade dos cigarros e proíbem a realização de pesquisas de mercado, além de acabar com a aplicação de aditivos na fabricação dos cigarros. Como legítimo representante da categoria, já que, por muitos anos, trabalhei como produtor rural, exponho minha indignação e contrariedade a estas ações, e assumo a linha de frente das discussões no Legislativo.

Quero deixar consolidado a todos que não sou e nunca fui fumante. Minha preocupação é com a linha produtiva, com os possíveis prejuízos sofridos por nossos agricultores, que já sofrem com a constante desvalorização de suas sacas. A atividade emprega, somente em Santa Catarina, mais de 60 mil produtores rurais.

Não podemos permitir que descabidas iniciativas – que gerarão um maléfico e definitivo impacto sócio-econômico - prosperem em nosso país. Além do desemprego e da crise generalizada no campo, a Anvisa estará incentivando o contrabando de cigarros e outros males que acompanham esta atividade criminosa. Aqui, em Santa Catarina, estamos fazendo a nossa parte propondo a imediata suspensão das consultas. Espero que os demais Estados também façam as suas.

DEPUTADO MANOEL MOTA (PMDB)

AS ROSAS E OS ESPINHOS

Em recente pronunciamento, falei sobre as contradições existentes entre os discursos do governo que findou e a realidade que vem sendo desvendada pelos que assumiram há pouco mais de 60 dias. "Os últimos acontecimentos registrados no governo estadual estão revelando fatos surpreendentes, falhas em alguns setores, rombos administrativos em outros e um espantoso descontrole, a causar uma certa perplexidade até entre os próprios governistas", afirmou recentemente um dos jornalistas políticos mais lidos no Estado. Na sequência do texto, o motivo da perplexidade dos que recém assumiram: o caos nas áreas da Saúde, Educação e Segurança, os mais de 100 mil processos de licença ambiental à espera de análise de uma estatal.

Importante dizer neste momento que, nós, como parlamentares conscientes do nosso dever e sempre atentos aos atos do governo, não estamos surpresos, muito menos perplexos, pois já havíamos calculado qual a "verdadeira herança" que o governo LHS deixaria aos catarinenses. Apesar da impressão de que as surpresas não acabaram por aí, temos certeza que o trabalho de recomposição das nossas instituições, bem como o desenvolvimento do Estado serão lentos e árduos.

Junto com os discursos recheados de promessas não cumpridas, acabou o governo estadual com o maior número de secretarias em todo o país. Um governo que nunca se dispôs ao diálogo democrático com a oposição e que sucateou as áreas da Saúde, Segurança e Educação. Além disso, evitou que atos suspeitos fossem investigados, como os milhões em dinheiro mantidos dentro do apartamento de um colaborador seu. Pode até trazer novas surpresas para os menos avisados, mas certamente não deixará saudade.

DEPUTADO RENO CARAMORI (PP)

"TURNO ÚNICO" TRATADO EM LIVRO

O acompanhamento minucioso do cenário político e eleitoral, nos 12 meses que antecederam a eleição de outubro de 2010, deu origem ao livro "Turno Único", de José Nazareno Vieira (Zeno), fundador e diretor-presidente do Instituto Mapa, empresa de pesquisa de opinião e de mercado. A obra será lançada pela Editora Insular no hall da Assembleia Legislativa no dia 21 de março, às 19 horas.

No livro, o autor registra e analisa o desdobramento da disputa eleitoral mês a mês, com foco na eleição majoritária (governador e senadores), baseado em informações veiculadas pela imprensa e em dados de pesquisas de seu próprio instituto, do Ibope, do Datafolha e do Vox Populi. Durante um ano, ele garimpou as informações, agregou dados e análises de pesquisas e, sobre esse conteúdo, projetou suas previsões, opiniões e análises dos cenários que iam se descortinando à medida que avançava a marcha eleitoral.

"Analiso alguns acontecimentos que mudaram o curso do processo eleitoral. A Operação Transparência, por exemplo, tirou o então governador Leonel Pavan da disputa, assim como a "árvore da discórdia" inviabilizou a candidatura de Dário Berger", comenta Zeno.

As últimas eleições, na opinião do autor, fecharam um ciclo da política catarinense, interrompendo a tradicional concentração geográfica do poder em Florianópolis ou Joinville, já que o vitorioso governador Raimundo Colombo é um representante da "serra acima". A decisão das eleições no primeiro turno também é objeto da análise do pesquisador.

AGENDA DA SEMANA

Dia 21, 19 horas – Lançamento do livro "Turno único", de José Nazareno Vieira (Zeno)
Local : Hall

Dia 22, 16h30min - Reunião do Fórum Parlamentar de Combate às Drogas
Local: Sala de Imprensa

Dia 22, 18 horas - Lançamento do livro "Olhos de espiar, boca de contar", de Maria Helena Bazzo
Local : Hall

Dia 25, 14 horas – Comissão de Segurança Pública - Audiência pública "A Segurança Pública no Vale do Itajaí"
Local: Auditório Milton Pompeu da Costa Ribeiro, Bloco J - 102 Campus 1 da FURB - Blumenau

Mesa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Jailson Lima (PT)
2º Secretário: Reno Caramori (PP)
3º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)
4ª Secretária: Ana Paula Lima (PT)

Assembleia na internet: http://www.alesc.sc.gov.br
Tiragem: 8 mil exemplares
Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz e Tiago Fontão Alexandre (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES
Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas
Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães
Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares
Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária) e Patrícia Schneider de Amorim
Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso
Expedição: Aionara Preis Gabriel (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves

PARLAMENTO DESTACA CAMPANHA DA FRATERNIDADE

Sessão especial marca início do período da Quaresma e tem como lema "A criação geme em dores de parto"

Com o objetivo de divulgar a Campanha da Fraternidade 2011, intitulada "Fraternidade e a vida no planeta", foi realizada dia 14 sessão especial no Plenário Osni Regis da Assembleia Legislativa. A proposta, do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), incluiu uma homenagem ao Arcebispo Primaz do Brasil, o catarinense Dom Murilo Krieger, que no próximo dia 25 transfere-se para Salvador. O evento reuniu lideranças políticas e religiosas, como a deputada federal Luci Choinacki (PT) e o secretário executivo da regional sul da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre Francisco de Assis Wloch.

Uma tradição da Igreja Católica, que desde 1964 marca o início da Quaresma no Brasil, a Campanha da Fraternidade deste ano leva o lema "A criação geme em dores de parto (Rm 8,22)". O objetivo do movimento é contribuir para a conscientização das comunidades sobre a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas no planeta, através de três estratégias: mobilizar, propor e denunciar.

Em discurso, Pedro Baldissera elogiou a coragem e a oportunidade da Igreja Católica, instituição que "sempre defendeu a vida e que agora adota o protagonismo também na defesa das causas ambientais". O parlamentar lembrou que o tema é especialmente importante para Santa Catarina, que apresenta problemas como a contaminação dos rios e do solo por pesticidas agrícolas e desequilíbrios decorrentes da ocupação urbana, e da falta de tratamento de efluentes domésticos. "O tempo do discurso fácil chegou ao fim. Todos somos culpados e precisamos agir, redefinindo a relação do homem com a natureza", disse.

A proposta teve o apoio de Luci Choinacki, que afirmou que mudanças nas políticas do estado são necessárias, mas, sobretudo, é urgente alterar o comportamento de cada indivíduo. "Precisamos exercitar pequenos atos, como usar menos papel ou copos plásticos para poder transformar em escala maior. Por que não temos a coragem e a capacidade de mudar isso?", questionou. A parlamentar fez questão de afirmar sua aversão ao modelo de código ambiental atualmente em tramitação no Congresso Nacional por privilegiar a produção agrícola em detrimento das questões ambientais. "É um crime contra o ser humano, pois não adianta produzir sem garantir o futuro das pessoas", destacou.

O padre Francisco de Assis Wlock chamou a atenção dos presentes para as camadas mais vulneráveis da população, segmento sobre o qual principalmente "recaem os efeitos nocivos das contínuas agressões à natureza". Diante disso, o religioso defende que a Quaresma, cujo significado para os cristãos remete a reflexão e mudanças, seja o período mais adequado para que cada pessoa procure modificar seus hábitos pessoais. "Cruzar os braços diante de tal desafio significa falta de responsabilidade para com as novas gerações", frisou Wlock.

Citando São Francisco de Assis, o santo que em seus ensinamentos reverenciou a natureza, Dom Murilo Krieger lembrou que a luta pela preservação ambiental é antiga e que o ser humano deve sim usufruir dos recursos naturais, mas sem destruir quem o alimenta. "O que está em caos, realmente, é a própria vida humana", disse. Para o arcebispo, a campanha da CNBB deve ser o ponto de partida para uma grande mobilização, na qual as pessoas e a comunidade busquem alternativas para "uma sociedade mais condizente com a vida". "Queremos um mundo novo, em que cada um sinta-se responsável pelos seus semelhantes", finalizou.

FOTOS FÁBIO QUEIROZ

Proposta pelo deputado Padre Pedro Baldissera, solenidade homenageou Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Murilo Krieger

HOMENAGEM A DOM MURILO

Dom Murilo Krieger, que no dia 25 assume o arcebispado em Salvador e primaz do Brasil, recebeu homenagem na sessão.

Para Baldissera, "é o momento de homenagear todo um trabalho realizado não só na diocese, mas em toda Santa Catarina, bem como o seu testemunho, que tem ultrapassado fronteiras". Ao receber a placa, D. Murilo afirmou que a cerimônia era "inesperada e, ao mesmo tempo, motivadora". O líder religioso prometeu representar na Bahia, com o seu trabalho, o "querido povo de Santa Catarina".

Nascido em Brusque, em 19 de setembro de 1943, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger ingressou na Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus em 1964, ordenando-se cinco anos depois. Administrador Apostólico da Arquidiocese de Florianópolis desde 2002, foi conduzido ao posto de Arcebispo Primaz do Brasil em Salvador. De reconhecida atuação na área social e uma das maiores lideranças religiosas do país, é autor de vários livros, escreve para revistas e jornais e apresenta programas na televisão.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER É LEMBRADO COM HOMENAGENS

O Parlamento prestou homenagem às mulheres, durante a sessão ordinária do dia 9 para marcar a passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. Seis personalidades foram reconhecidas como exemplos para a sociedade por destacada atuação na prestação de serviços a Santa Catarina e na defesa dos direitos das mulheres.

Das seis homenageadas, cinco foram indicadas pelas deputadas estaduais que exercem mandato na atual legislatura e uma servidora aposentada. Jamile Machado, que foi homenageada pelo Poder Legislativo, atuou por 37 anos na comunicação social da Casa, tendo colaborado na instalação da Assessoria de Imprensa, em 1978. Seu principal atributo: facilitar o contato entre deputados e jornalistas, auxiliando para que as informações tivessem acesso público, contribuindo na transparência do Poder Legislativo. Jamile sempre atendeu a todos com cordialidade, eficiência e correção. Em dezembro de 2010 aposentou-se, depois de quase quatro décadas de excelentes serviços prestados.

A deputada Ada Faraco De Luca (PMDB) reconheceu a trajetória de Raquel Ribeiro Bittencourt, diretora da Vigilância Sanitária Estadual; a deputada Ana Paula Lima (PT) indicou a professora Joana Maria Pedro; a deputada Angela Albino (PCdoB) destacou a farmacêutica e bioquímica Clair Castilhos; a aposentada Carolina Mathilde Wagner Probst, de 103 anos, foi homenageada pela deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB); a deputada Luciane Carminatti (PT), por sua vez, indicou a professora Alvete Pasin Bedin.

Mulheres com destaque em segmentos da sociedade são condecoradas

Participaram do ato diversos parlamentares e representantes de entidades da sociedade civil, como o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o Fórum pela Implantação da Lei Maria da Penha e o Fórum de Mulheres de Partidos Políticos, além da pediatra Aleida Guevara March, filha do guerrilheiro Che Guevara. A deputada federal Luci Choinacki (PT) também prestigiou a solenidade.

Nos pronunciamentos na tribuna, as deputadas enfatizaram a importância da data como referencial de reflexão sobre as condições das mulheres e as ações para a efetivação da "tão sonhada" igualdade de direitos. Na condução dos trabalhos, Ana Paula parabenizou "todas as mulheres que fazem a diferença" e lembrou que, depois de 177 anos, pela primeira vez o Parlamento catarinense conta com cinco mulheres.

As conquistas das mulheres e o que falta ainda conquistar foram a tônica do pronunciamento de Angela Albino. "Queremos mais. Mais ações de combate à violência, mais igualdade de direitos, mais homens travando a luta pela igualdade." Na mesma linha, Ada apresentou dados de pesquisa sobre a participação feminina na política e sobre a violência doméstica. Ela criticou o padrão cultural que legitima a violência. "Isso tem que mudar e muito depende de nós mulheres."

Dirce falou sobre o avanço da mulher na atuação política e reiterou a necessidade de criar ações para combater o preconceito e a desvalorização das mulheres. Já Luciane lembrou que a luta das mulheres não passa pela exclusão dos homens. "Muito ao contrário, queremos incluí-los nos debates desse tema que nos move, que é a igualdade de direitos."

A convidada de honra, Aleida Guevara, agradeceu a deferência de participar da homenagem. Referindo-se às mulheres homenageadas, lembrou que também é possível educar com o exemplo e lhes disse: "agradeço por sua existência, sua força e seu valor."

FÁBIO QUEIROZ

Presidente da Federação dos Agricultores de SC, José Zeferino Pedrozo

PRODUTORES MOBILIZADOS PELO CÓDIGO FLORESTAL

A mudança do Código Florestal foi o principal assunto da palestra da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ministrada. dia 10 durante o seminário sobre o agronegócio promovido pela Federação dos Agricultores de Santa Catarina (Faesc). Realizado no Hotel Cambirela, em Florianópolis, o evento reuniu cerca de 600 participantes, a maioria presidentes de sindicatos rurais.

A vinda da senadora, que preside a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Santa Catarina teve como mote a mobilização dos agricultores catarinenses para a votação do Código Florestal na Câmara dos Deputados, prevista para o mês de abril. "Temos o compromisso do presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), de que o Código será colocado em votação. Mas não quer dizer que ele será aprovado. Para isso, precisamos fazer o convencimento dos nossos deputados", alertou a líder ruralista. Ela está no comando de uma mobilização que deve reunir milhares de agricultores em Brasília, no dia 5 de abril, para pressionar os parlamentares em prol das modificações no código florestal.

Conforme a presidente da CNA, a aprovação do novo código florestal pode corrigir a situação de insegurança jurídica que os produtores rurais enfrentam hoje, uma vez que a maioria das propriedades está em desacordo com as regras previstas em lei. Na sua visão, as normas ambientais brasileiras são muito rígidas e injustas porque colocam o produtor em uma condição desigual na concorrência com outros países que não possuem, por exemplo, cotas de reserva legal. "Se deixarmos de produzir para cumprir as metas de reserva legal, o Brasil vai importar alimentos de países que não possuem cotas de preservação, como é o caso da China", argumentou.

Assim como a senadora, o presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, está "esperançoso" com a aprovação do novo Código Florestal porque, com as regras previstas, seriam respeitadas as propriedades consolidadas, sem penalização dos produtores que desmataram para ampliar as áreas produtivas. O Brasil tem a segunda maior reserva florestal do mundo, com cobertura original em 56% do território, enquanto em alguns países europeus restou apenas 0,1% das florestas, conforme dados apresentados no seminário.

O novo Código Florestal ditará as normas gerais da legislação em vigor no país. Caberá aos estados regulamentar as especificidades. Nesse aspecto, Santa Catarina saiu na frente, na opinião da senadora, uma vez que o Código Ambiental catarinense foi aprovado em 2009.

RADIOGRAFIA DO SETOR

A palestra da senadora Kátia Abreu abordou também a política agropecuária que está sendo elaborada pela CNA, com base na realidade do último censo agropecuário. A confederação contratou a Fundação Getúlio Vargas para analisar as informações do censo e constatou que há uma grande concentração de renda no setor.

"Cerca de 4,5% das propriedades são responsáveis por 70% do valor bruto da renda agropecuária", informou Kátia. Com base nessa realidade, a entidade vai propor um conjunto de ações ao Executivo para melhorar a renda dos produtores rurais.

AGRICULTORES QUEREM SUSPENSÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS DA ANVISA SOBRE FUMO

Agência Nacional de Vigilância Sanitária propõe a proibição de aditivos na fabricação de cigarros

CARLOS KILIAN

Promovida pelas comissões de Agricultura e de Economia, audiência aponta para prejuízos que proposta da Anivsa acarreta a 57 mil agricultores que vivem da fumicultura em Santa Catarina

Cerca de 600 pessoas, a maioria agricultores, lotaram o Plenário da Assembleia Legislativa dia 14 para a audiência pública sobre as consultas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que preveem restrições ao fumo. A audiência foi realizada pelas comissões de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Aldo Schneider (PMDB), e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo deputado José Milton Scheffer (PP). Os parlamentares propuseram a suspensão imediata das consultas públicas.

Abertas pela Anvisa no mês de dezembro, as consultas públicas nº 112 e 117 propõem a proibição de aditivos na fabricação dos cigarros, restrições na exposição e publicidade e proibição de pesquisas de mercado de cigarros. Entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc) argumentam que as medidas vão inviabilizar a produção do fumo tipo burley no estado. "Sem aditivos, o fumo burley fica intragável e sabemos que não há atividade para substituir a fumicultura que se aproxime em rentabilidade", disse o presidente da federação, Hilário Gotsselig.

O secretário de Estado de Agricultura, João Rodrigues, qualificou as consultas como "apressadas e indevidas" e alertou para os impactos sociais e econômicos na atividade, que ocupa cerca de 57 mil produtores em Santa Catarina. Deputados estaduais e federais alertaram para os prejuízos que poderão ser causados aos agricultores caso as mudanças sob consulta entrem em vigor após o dia 31 de março, quando se encerra o prazo de discussão das medidas previstas.

O aumento do contrabando foi outra preocupação levantada. De acordo com o presidente do Sindicato da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), Iro Schünke, "o Brasil está se esforçando para transferir a produção de tabaco para outros países". A produção de tabaco nos três estados do Sul resultou em R$ 8,4 bilhões em arrecadação de impostos em 2010.

A oncologista Senen Hauff, do Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon) de Florianópolis, contra-argumentou que a Anvisa pretende, com essas medidas, tornar o cigarro menos atraente. "A ideia não é acabar com o fumo, mas reduzir o número de adolescentes e mulheres que experimentam o produto, atraídos pelo sabor e pelo aroma de mentol e chocolate, por exemplo." Segundo ela, 47% dos pacientes do Cepon tiveram câncer em decorrência do fumo. Representando o Instituto Nacional do Câncer (Inca), a médica Ana Luiza Curi informou que as medidas da Anvisa estão previstas na Convenção Quadro para Controle do Tabaco, de 1999, a qual o Brasil assinou, e já estão vigorando em países como Estados Unidos, Canadá e Austrália.

EM DEFESA DOS TRABALHADORES

O deputado Darci de Matos (DEM) afirmou que "as consultas públicas dão um duro golpe na produção fumageira de Santa Catarina", enquanto o deputado Joares Ponticelli (PP) convocou os agricultores a permanecerem em mobilização. Ele informou que no dia 22 de março acontecerá uma audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, para a qual a Anvisa foi convidada a prestar esclarecimentos.

O líder do PMDB, Manoel Mota, lamentou que "a Anvisa queira prejudicar o plantador de tabaco, que enfrenta um momento difícil na venda de seu produto". Já o líder petista, Dirceu Dresch (PT), ponderou que é necessário apoio do Estado em assistência técnica e política agrícola para substituição da atividade. Ele também propôs a realização de audiência sobre a questão do preço pago pela indústria. Os deputados Elizeu Matos (PMDB), Dóia Guglielmi (PSDB) e Mauro de Nadal (PMDB) também se pronunciaram em defesa dos produtores. "Precisamos deixar o nosso povo trabalhar", disse Nadal. Também marcaram presença na audiência pública os deputados Reno Caramori (PP), José Nei Ascari (DEM), Jorge Teixeira (DEM) e Neodi Saretta (PT), além do deputado federal Edinho Bez (PMDB/SC).

FUNDO DE FOMENTO

A Comissão de Agricultura elaborou documento que será encaminhado à Anvisa como contribuição às consultas públicas. Foram listados os principais argumentos dos produtores de fumo. Entre os encaminhamentos da Comissão de Economia, Aldo Scheffer propôs a suspensão imediata das consultas públicas e a criação de um fundo de fomento para viabilizar alternativas de atividade aos produtores, composto por 50% da arrecadação de impostos do tabaco.

FAMÍLIAS TEMEM EXTINÇÃO DA ATIVIDADE NO ESTADO

Vindos de diversos municípios de Santa Catarina, os produtores demonstraram suas preocupações com relação às duas consultas públicas propostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre o fumo. De acordo com os produtores, as medidas da Anvisa vão prejudicar a atividade, podendo extinguir a produção de fumo no estado.

Para Olavo José Costa, produtor de Araranguá há 30 anos, a proposta da Anvisa vai afetar negativamente a economia das famílias que vivem da produção do fumo. Aposentado, Olavo ressaltou que atualmente seus três filhos vivem desta atividade. "A plantação de fumo é a renda de muitas famílias. Atualmente, com uma estrutura de sete tratores e um caminhão, meus filhos plantam cerca de 1,3 milhão de pés de fumo ao ano. Caso as medidas sejam aprovadas, enfrentaremos grandes problemas financeiros, uma vez que a nossa terra é preparada e boa apenas para a plantação do fumo."

Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Major Vieira, Jucelino Wojcechsuske, na oportunidade representando 870 famílias produtoras de fumo, alertou para o prejuízo que as medidas podem gerar no setor agrícola. "Estamos aqui para, juntos às autoridades, sensibilizar o governo federal e impedir que essas medidas se tornem lei. Caso isso ocorra muitas famílias ficarão sem renda e, consequentemente, sem sustento. Esse processo acaba tirando o produtor da área rural e o coloca no centro urbano, sem chances de sobreviver", alertou.

CARLOS KILIAN

Agricultores de todo o estado clamam pelo direito ao trabalho

SOLON SOARES

Presidente da Comissão, deputado Volnei Morastoni comanda mais uma vistoria para traçar diagnóstico da saúde

COMISSÃO DE SAÚDE REALIZA INSPEÇÃO NO HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), realizou na manhã do dia 16 mais uma das visitas previstas nos hospitais que integram a rede de saúde pública do Estado. As inspeções têm como propósito conhecer a realidade dos hospitais e elaborar um diagnóstico da situação de cada unidade de atendimento. Segundo Morastoni, após averiguar os problemas e as irregularidades ocorridas em cada instituição, o Parlamento, através de debates, poderá contribuir com propostas e, junto ao governo do Estado, buscar resolver os graves problemas na área da saúde que se arrastam cronicamente.

Na visita ao Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG), em Florianópolis, a comissão foi atendida pelo diretor geral, Maurício Laerte Silva, que abordou as principais dificuldades, entre elas a falta de funcionários. O administrador foi questionado sobre o fechamento de quatro salas cirúrgicas devido à falta de equipamento e pessoal e ainda sobre a redução gradativa do pessoal da enfermagem prejudicando o atendimento no berçário, além do alto índice de atestados médicos. O diretor informou que a instituição já apresentou suas reivindicações à Secretaria da Saúde e medidas já estão sendo tomadas: "A obra de modernização do centro cirúrgico, que vai possibilitar a utilização das salas cirúrgicas fechadas, a contratação de mais profissionais para enfermagem e a agilização nas perícias médicas", frisou.

Durante a visita, o diretor ressaltou que o HIJG é considerado polo de referência estadual para as patologias de baixa, média e alta complexidade. Segundo ele, 64,23% dos pacientes são oriundos da Grande Florianópolis (São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz) e 35,77% de outros municípios de Santa Catarina. "Nosso atendimento tem 138 leitos ativos e 856 funcionários. Em 2009, foram 7.436 internações, 59.466 consultas ambulatoriais, 89.832 atendimentos de emergência e 4.535 cirurgias".

Fundado há mais de 30 anos, o hospital instalado em uma área de 22.000 m², está dividido nas unidades de Internação, Berçário, Emergência Interna, Isolamento, Oncologia, Ortopedia, Queimados, UTI Geral e UTI Neonatal. As unidades de Cardiologia, Cirurgia (Pediátrica Geral, Plástica, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Urologia, Vascular, Bucomaxilofacial), Desnutrição, Gastroenterologia, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia, Oncologia, Queimadura, Pneumologia e Terapia Intensiva possuem atendimento especializado.

Ao acompanhar a vistoria, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) ressaltou que a equipe do hospital vem trabalhando empenhada dentro do que existe de estrutura física, equipamento e pessoal. "Vimos que dentre as dificuldades, a debilidade de servidores e a falta de planejamento do estado ao longo dos últimos anos é a principal causa do caos no atendimento de saúde nos hospitais de Santa Catarina", avaliou.

SOLON SOARES

Deputado Sargento Soares constata que Hospital Joana de Gusmão apresenta problemas históricos da rede pública

DEPUTADOS APREENSIVOS COM MORTES NO TRÂNSITO

Comissão de Transportes deve agir para ajudar a reduzir acidentes em virtude de deficiência nas rodovias

As mortes decorrentes de acidentes de trânsito ocorridos no período do Carnaval nas rodovias estaduais dominaram os pronunciamentos dos parlamentares na sessão plenária do dia 10. Os deputados mostraram-se particularmente preocupados com a situação da sinalização das rodovias estaduais e comprometeram-se a buscar melhorias através da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Lembrando o recente acidente entre um caminhão carregado de madeira e um ônibus de turismo ocorrido no dia 5, no município de Descanso, que vitimou 26 pessoas, o deputado Maurício Eskudlark (PSDB) cobrou do governo estadual a realização de melhorias nas rodovias que cortam o Oeste do estado. "Desde 2007 já contamos três acidentes graves envolvendo ônibus de viagem. Precisamos de providências urgentes com vistas a uma sinalização mais eficiente, que advirta dos perigos dessas vias sinuosas", cobrou.

Solidarizando-se às vítimas do acidente, oriundos do município de Santo Cristo (RS), o deputado Gilmar Knaesel (PSDB) acrescentou que, apesar das deficiências encontradas nas vias estaduais, a imprudência é principal fator que faz com que Santa Catarina apresente os acidentes de trânsito com maior número de vítimas fatais no país. "Devemos fazer o nosso papel que nos cabe, de alertar e cobrar providências das estruturas públicas para amenizar o problema", disse.

Eskudlark: melhorias no Oeste

Knaesel: imprudência

Mota: qualificação de autoescolas

Luciane Carminatti: educação

Valmir Comin: obra em Laranjeiras

Ada Faraco de Luca: fiscalização

Altair Guidi: prazos

Andrino: soluções técnicas

Afirmando lutar há oito anos pela qualificação das autoescolas, o deputado Manoel Mota (PMDB) afirmou tratar-se de um absurdo o aumento de 144% no número de mortes registrado nas estradas catarinenses no período do carnaval. Mota disse ainda que o assunto precisa entrar em pauta do governo estadual.

EDUCAÇÃO

A deputada Luciane Carminatti (PT) afirmou que o grande desafio será inserir nos currículos escolares disciplinas que tratem de educação e prevenção no trânsito, preparando desde cedo os futuros condutores de veículos.

Ainda sobre a questão do trânsito, o deputado Valmir Comin (PP) levantou o tema da construção da ponte estaiada sobre o Canal de Laranjeiras, em Laguna. Com a licitação aprovada, a obra deve custar aos cofres públicos R$ 547,2 milhões e tem previsão de conclusão de até três anos. "Essa é uma obra de grande necessidade para a região e esperamos que realmente seja concluída nesse prazo. É um desafio que tem que ser enfrentado com vontade política", afirmou. O pronunciamento recebeu o apoio dos deputados Altair Guidi (PPS) e Ada Faraco de Luca (PMDB, que exortaram os representantes da região Sul do estado a fiscalizar de perto a execução da obra para que os prazos sejam respeitados.

Para o deputado Edison Andrino (PMDB), a Assembleia deve assumir com mais vigor a tarefa de buscar as soluções técnicas para vias públicas estaduais. "Temos que trabalhar, via Comissão de Transportes, ou com a criação de uma frente parlamentar, a busca por melhorias, envolvendo também o governo federal e autoridades estaduais", frisou.

GOVERNADOR RECEBE A BANCADA FEMININA

A bancada feminina da Assembleia Legislativa teve uma audiência com o governador do Estado, Raimundo Colombo, dia 9, no Palácio da Agronômica, para falar sobre os direitos das mulheres catarinenses. As deputadas Ada Faraco de Luca (PMDB), Dirce Heiderscheidt (PMDB), Angela Albino (PCdoB) e Luciane Carminatti (PT) foram unânimes em afirmar que o governador foi muito receptivo ao tratar das questões relativas à efetiva aplicação da Lei Maria da Penha e também às várias medidas que devem ser tomadas para diminuir os índices de violência contra a mulher. "Estou saindo bastante satisfeita desta reunião e com muitas perspectivas", declarou Ada, que também será a única mulher a compor o primeiro escalão do Executivo. Ela foi convidada a assumir a nova Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Angela Albino declarou que Ada deverá ser a porta-voz das mulheres no governo. "Este ano, com a eleição da primeira representante feminina no cargo máximo do cenário nacional, a presidência da República, temos o dever de caminhar em direção a avanços igualmente importantes na luta pela igualdade dos direitos sociais", frisou.

Luciane Carminatti salientou sua expectativa em ações efetivas, contínuas e permanentes por parte do Executivo para garantir a aplicação da Lei Maria da Penha. A parlamentar lembrou da importância do diálogo entre os poderes acontecer nesta data ideal para a reflexão, quando se comemora as conquistas femininas. Dirce afirmou que o governador Raimundo Colombo se mostrou bastante sensível e será um verdadeiro parceiro na luta pela defesa dos direitos da mulher.

FÁBIO QUEIROZ

Deputadas Angela Albino, Dirce Heiderscheidt, Ada Faraco de Luca e Luciane Carminatti com o governador Colombo

ATO SOLENE MARCA O LANÇAMENTO DA XV CONFERÊNCIA DA UNALE

Ato solene marcará, dia 18, às 14h30min, o lançamento da XV Conferência da Unale - União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais. Na ocasião, serão detalhadas as discussões do evento que será realizado de 18 a 20 de maio, em Florianópolis, com o tema Brasil: Reformas e Perspectivas. O deputado Joares Ponticelli (PP), membro da diretoria executiva da Unale e presidente da Comissão Organizadora do evento, adiantou que apresentará a lista de temas que serão debatidos em maio.

A conferência anual da Unale se consagrou como importante fórum de discussão e de troca de experiências para o fortalecimento da democracia e aperfeiçoamento do Legislativo estadual. Temas de relevância nacional são debatidos, qualificando as ações individuais dos parlamentares e propiciando resultados mais efetivos nas políticas públicas. O ato será prestigiado por integrantes do Colegiado de Presidentes de Assembleias Legislativas e Distrital, que estarão na sede do Parlamento catarinense para sua XIII reunião, realizada também dia 18, a partir das 14 horas, no Palácio Barriga Verde. O deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, será empossado como presidente do colegiado, e anunciará, na reunião do dia 18, a nova diretoria da entidade.

Ponticelli exaltou a presença do Colegiado dos Presidentes no lançamento da Conferência da Unale: "É um prestígio para o nosso estado", salientou. Em maio, durante a Conferência, serão realizados encontros paralelos como o Parlasul (Parlamento do Sul), Astral (Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas), ABEL (Escolas do Legislativo), Anpal (Associação Nacional dos Procuradores de Assembleia Legislativas), Inataq (União Nacional dos Taquígrafos), Fenale (Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Federal, Estadual e do Distrito Federal), entre outros.

DEPUTADOS FAZEM BALANÇO DOS PREJUÍZOS DAS CHUVAS

Estragos causados em Santa Catarina repercutem em Plenário

VITOR HUGO LOUZADO / DEINFRA

Rodovias foram bastante castigadas pelas chuvas; entre elas, a SC-416, que liga Pomerode a Jaraguá do Sul

O prejuízo causado pelas chuvas em Santa Catarina, incluindo a interdição da BR-376, na divisa entre Santa Catarina e Paraná, e da BR-280, na região de Corupá, e o estado da malha viária catarinense foram os principais assuntos abordados na sessão do dia 15. O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) agradeceu ao governador Raimundo Colombo por sua recente visita a Joinville, um dos municípios mais atingidos pela chuva, e listou os prejuízos: "Tivemos 18 pontes danificadas em março, sete em janeiro, 50 escolas danificadas, acessos destruídos, muitos desabrigados. Precisamos de cerca de R$ 20 milhões para colocar ordem na casa. Até agora recebemos apenas R$ 600 mil", contabilizou.

O deputado Gilmar Knaesel (PSDB) também registrou as conseqüências das cheias no Vale do Itajaí, com destaque para sua cidade natal, Pomerode, que teve "a maior enchente de sua história", prejudicando 80% do comércio, da indústria e dos serviços públicos. "Gostaríamos que houvesse a liberação do FGTS para as pessoas começarem a se levantar", frisou.

A deputada Luciane Carminatti (PT) falou sobre o péssimo estado das rodovias estaduais, ainda mais prejudicadas pelas condições climáticas. Ela listou a SC-468, que liga São Lourenço do Oeste a Chapecó, a SC-480, que liga Chapecó ao Rio Grande do Sul, a SC-283, que liga Chapecó a Concórdia, e a SC-454, que liga Água Doce a Treze Tílias. Luciane pediu a recuperação imediata destes trechos e exaltou a necessidade de colocar equipamentos adequados como balanças para evitar que o peso excessivo das cargas volte a prejudicar acessos para a região Oeste.

Sílvio Dreveck (PP) seguiu a linha da deputada Luciane e fez o mesmo apelo para as rodovias do Planalto Norte. Segundo o deputado, a BR- 280, que liga São Francisco a Porto União, que já estava com problemas de deslizamento e interditada há cerca de um mês, sofreu também a ruptura da pista. Na noite de 13 de março um deslizamento de terra atingiu a tubulação de um gasoduto na altura do km 89 da BR-280, em Corupá, prejudicando ainda mais a situação. "A consequência é a utilização da Serra Dona Francisca acima de sua capacidade, o que resulta em problemas. No dia 14, um grave acidente causou a morte de pelo menos cinco pessoas na SC-301, em Campo Alegre, próximo ao parque Dona Francisca", lamentou o parlamentar.

O deputado Altair Guidi (PPS) acusou o governo federal de discriminar Santa Catarina. "É uma afronta ao cidadão catarinense, os atrasos na duplicação da BR-101 Sul, o que causa graves prejuízos na economia. Precisamos fiscalizar estas obras", enfatizou.

FIESC APRESENTA AGENDA LEGISLATIVA

O presidente interino da Assembleia Legislativa, Moacir Sopelsa (PMDB), que permanece no comando da Casa até o dia 21 em virtude da viagem internacional do presidente, Gelson Merisio (DEM), interrompeu a sessão do dia 16 para oferecer a tribuna ao presidente em exercício do Sistema Fiesc – Federação das Indústrias de Santa Catarina, Glauco José Côrte, para apresentar a Agenda Legislativa 2011. O documento relaciona o resultado de 38 proposições que tramitaram na última Legislatura (2007/2011) acompanhadas de posicionamento da entidade sobre cada uma delas.

CARLOS KILIAN

Presidente interino, Moacir Sopelsa, com Glauco José Côrte

Segundo Côrte, o objetivo é tornar transparente a posição da Fiesc, além de reforçar a sua disposição em preservar uma parceria sólida com o Legislativo e na defesa de temas relevantes como a fiscalização das obras de duplicação da BR-101 – trecho Sul e da BR 470. "Queremos contribuir para que, em 2011, o Legislativo e o Executivo possam aprovar ordenamentos legais que propiciem o crescimento da economia melhorem as condições de competitividade de suas empresas."

NA TRIBUNA

ALTERNATIVAS

O deputado Neodi Saretta (PT) citou o colapso atômico do Japão como um dos principais motivos para a humanidade buscar energias alternativas. O parlamentar falou do exemplo do município de Água Doce, que tem seis parques eólicos e mais de 80 aerogeradores. Saretta disse que apenas nove estados brasileiros estão no ranking da produção de energia produzida pelo vento e que Santa Catarina, atualmente na oitava posição, pode saltar para o terceiro lugar devido aos resultados obtidos em Água Doce.

Saretta: exemplo de Água Doce

SEGURANÇA

O deputado Ismael dos Santos (DEM) agradeceu por sua indicação para a vice-presidência da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e aproveitou para falar sobre a situação do presídio de Blumenau que, de acordo com o parlamentar, abriga hoje 884 detentos, o dobro do que permite sua capacidade (472 presos). "A situação está insustentável."

Ismael: presídio de Blumenau

ESPORTE

A 28ª edição do Encontro Desportivo de Integração Internacional Pioneiro Carlos Culmey foi o tema do pronunciamento do deputado Mauro de Nadal (PMDB). O evento, realizado entre 11 e 13 de março no município de Riqueza, reuniu cerca de 2mil atletas de 16 municípios de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e da Argentina. "Esta é uma das principais atividades esportivas do Extremo-Oeste e vai mobilizar inúmeros municípios dos dois países".

Mauro de Nadal: mobilização

AGRICULTURA

O deputado José Milton Scheffer (PP) alertou os parlamentares que as restrições ao cultivo do fumo (leia matéria na página central) podem afetar 57 mil famílias catarinenses, reduzindo consideravelmente a arrecadação estadual auferida nos impostos ao setor.

"As resoluções envolvem milhares de empregos e não podemos nos calar". O pronunciamento de Scheffer contou com o apoio dos deputados Manoel Mota (PMDB), Joares Ponticelli (PP) e Elizeu Mattos (PMDB), que manifestaram o desejo de que se criem programas estaduais que possibilitem alternativas de cultivo para os pequenos produtores.

Scheffer: 57 mil famílias

FÁBIO QUEIROZ

Solenidade no Auditório Luiz Carlos Schmidt de Carvalho, sede da Procuradoria Geral de Justiça, é comandada pelo procurador Gercino Gomes Neto (C) e reúne autoridades

PROJETO "SANTA CATARINA ACESSÍVEL", UM PACTO PELA REMOÇÃO DE OBSTÁCULOS

Ministério Público lança programa em parceria com a Assembleia Legislativa para tornar acessibilidade uma realidade

ROSSANA ESPEZIN

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) lançou, dia 14, em parceria com a Assembleia Legislativa e mais oito instituições, o projeto "Santa Catarina Acessível". A solenidade, no auditório Luiz Carlos Schmidt de Carvalho, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, reuniu o procurador geral de Justiça, Gercino Gomes Neto, e outras autoridades. O procurador da Assembleia Legislativa, Fábio Furlan,representou o presidente do Legislativo, deputado Gelson Merisio (DEM), e a presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, Rose Bartuchescki, representou o Executivo.

Segundo Gomes Neto, o projeto "Santa Catarina Acessível" propõe um pacto pela promoção da acessibilidade nos espaços públicos e privados de uso coletivo, por intermédio de diversas ações planejadas e integradas, propondo, inclusive, uma mudança de comportamento. "Em 2004, já nos mobilizamos pela acessibilidade nos edifícios públicos. Atualmente estamos empenhados para que a sociedade e os gestores municipais catarinenses se conscientizem dos obstáculos que os deficientes encontram todos os dias. Não queremos mais ver cenas como motoristas estacionando veículos em vagas para deficientes físicos. Queremos promover uma política de superação e de comportamento", resumiu Gomes Neto.

A primeira atividade será um seminário, dia 29 de abril, em Chapecó, para gestores municipais e interessados. Estão previstos estudos sobre a viabilidade de campanha de incentivo fiscal para a reforma de edificações privadas de uso coletivo e calçadas já edificadas. Simultaneamente acontecerá uma campanha de esclarecimento e conscientização sobre o tema e para a conscientização do Poder Público Municipal sobre a necessidade de cumprimento das normas relativas à acessibilidade para edificações públicas ou privadas de uso coletivo. Debate-se também a sugestão de inserir o tema acessibilidade nos cursos superiores.

EXEMPLO

O vice-presidente da Federação Catarinense de Associação de Municípios (Fecam), prefeito de Bom Jardim da Serra, Rivaldo Ântônio Macari, cadeirante há 23 anos, trouxe para o lançamento sua própria proposta de adequação de espaços públicos para a região da Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures). "Precisamos de mudanças em todos os níveis. Este trabalho é resultado de dois anos de estudos e direcionado para a vida prática, para melhorar o cotidiano dos 800 mil deficientes físicos em Santa Catarina", explicou Macari.

"Santa Catarina Acessível" é mais um desdobramento dos Termos de Cooperação 069 e 071, de 2009, assinado entre o Ministério Público, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, CREA/SC, Fecam, Uvesc, UFSC, Acafe, OAB/SC e FCEE, em novembro e dezembro de 2010, para promover o intercâmbio e a cooperação técnica, científica e operacional, e de estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente de fiscalização de forma a assegurar o cumprimento das normas de acessibilidade, envolvendo a elaboração de requisitos e a sua operacionalização, por intermédio de ações preventivas, educativas e fiscalizatórias.

Entre as autoridades, estavam o primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador José Gaspar Rubik; o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conselheiro Luiz Roberto Herbst; o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos, José Eduardo Orofino da Luz Fontes; o presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, promotor de Justiça Andrey Cunha Amorim; o vice-presidente da OAB/SC, Márcio Luiz Fogaça Vicari, e o professor Darci Lascke, secretário da Acafe.

ACESSIBILIDADE NA ASSEMBLEIA

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina foi o primeiro órgão público a assinar termo de conduta com o Ministério Público para se adequar às normas de acessibilidade. Depois de firmar compromisso com o MP, em 2007, muitas mudanças foram feitas no Palácio Barriga Verde, o primeiro prédio público adaptado do Estado. O arquiteto Clerson Larroyd, um dos responsáveis pelas reformas, conta que entre as adaptações realizadas constam comunicação visual em Braille, reforma dos três elevadores e dos banheiros – que receberam maçanetas tipo alavanca, instalação de telefones para surdos com visor de leitura, escadas com corrimões adequados, sistema de alarme de incêndio com saída de emergência e indicação sonora e luminosa.

O auditório foi contemplado com plataforma elevatória para permitir aos cadeirantes acesso ao palco. As áreas de circulação foram refeitas com passagem de 90 cm, no mínimo. Na parte externa, os passeios e as calçadas ganharam declives para cadeirantes e faixas indicativas para deficientes visuais, além de vagas preferenciais para deficientes no estacionamento. A Assembleia adquiriu ainda uma máquina que transporta cadeirantes com facilidade, principalmente em escadas.

Essas mudanças foram reflexos do Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamentou a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento à pessoa com deficiência, e também a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade dessas pessoas. No seu artigo 5º, o texto prevê que os "os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida".